HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO
Avenida Brasília, S/N - Bairro Santa Terezinha
Lagarto-SE, CEP 49400-000
- https://hul.hubrasil.gov.br

Contrato - SEI nº de Bens Recorrentes/2026

Processo nº 23817.019199/2026-98

TERMO DE CONTRATO - FORNECIMENTO CONTINUADO DE BENS RECORRENTES - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE -Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPMEs)

TERMO DE CONTRATO Nº 14/2026, CELEBRADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (HU BRASIL), POR MEIO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO-HUL, E A DIBRON COMERCIO DE ARTIGOS ORTOPEDICOS LTDA.

CONTRATANTE: A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Hu Brasil), Hospital Universitário **DE LAGARTO-HUL**,inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0031-69, UG-155910, neste ato representada pelo seu Superintendente **Cleverson Luciano Trento**, matricula funcional: 1704209, nomeado pela Portaria-SEI nº 405, de 21 de julho de 2026, publicada no boletim de serviços n°2338 de 22 de julho de 2026 e por seu Gerente Administrativo **Cassiano Moraes Falleiros**, matrícula funcional 3102585, nomeado por meio da Portaria-SEI n° 500, de 27 de agosto de 2026, publicada no Boletim de serviço nº nº 2.367, de 31 de agosto de 2026, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da Hu Brasil, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração;

CONTRATADA: DIBRON COMERCIO DE ARTIGOS ORTOPEDICOS LTDA, com sede na Rua Thomas Pillegi, nº421, Jardim República, Ribeirão Preto - SP, **CEP:** 14.030-010, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 55.121.602/0001-99, representada neste ato por **NEY ALEXANDRE ALAITE**, CPF n.º 266.835.598-21, Telefone: (19) 3256-8080, endereço eletrônico: licitacoes@dibron.com.br, *conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos;*

Conforme Processo Administrativo n.º 23817.002747/2026-41, de acordo com o Pregão Eletrônico SRP n.º 36/2026, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços n.º 180/2026, nos termos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento de Compras e Contratos, versão 3.0 (RCC 3.0), dos normativos internos da Hu Brasil, de forma subsidiária, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento continuado de bens recorrentes - **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE -Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPMEs)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Os preços, as especificações do objeto, quantidades totais e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão contidas na tabela abaixo:

DIBRON COMERCIO DE ARTIGOS ORTOPEDICOS LTDA
CNPJ: 55.121.602/0001-99
Endereço: Rua Thomas Pillegi, nº421, Jardim República, Ribeirão Preto - SP, **CEP:** 14.030-010
E-mail: licitacoes@dibron.com.br / Telefone: (19) 3256-8080

GRUPO	ITEM	CÓDIGO HU BRASIL	CÓDIGO AGHU	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 1	1	EBS11714	402784	459269	PLACA ORTOPÉDICA - FIXAÇÃO DINÂMICA: DCP, RETA, 04 A 12 FUROS, PARA PARAFUSO CERCA DE 3,5 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL PARA APLICAÇÃO EM PEQUENOS FRAGMENTOS	UNIDADE	TRAUMEDICA	274	R$171,6952	R$47.044,4848
	2	EBS09918	402991	435296	PLACAS ORTOPÉDICAS - FIXAÇÃO DINÂMICA: 1/3 TUBULAR (CANA), 3 A 10 FUROS, PARA PARAFUSO 3,5M, AÇO INOXIDÁVEL P/ PEQUENOS FRAGMENTOS	UNIDADE	TRAUMEDICA	246	R$138,0548	R$33.961,4808
	3	EBS11722	403279	435352	PLACA ORTOPÉDICA - FIXAÇÃO DINÂMICA, MODELO RECONSTRUÇÃO, RETA, 04 A 12 FUROS, PARA PARAFUSO 3,5 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL, PARA APLICAÇÃO EM PEQUENOS FRAGMENTOS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	282	R$283,2426	R$79.874,4132
	4	EBS10937	403065	436627	PARAFUSO CIRÚRGICO CORTICAL, AUTOROSQUEANTE, ROSCA TOTAL, 3,5 MM, AÇO INOXIDÁVEL, P/ FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA, PEQUENO FRAGMENTOS, ENGLOBA TODAS AS MEDIDAS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	60	R$14,2836	R$857,0160
	5	SEM CÓDIGO	SEM CÓDIGO AGHU	443661	PARAFUSO CIRÚRGICO CORTICAL, ROSCA TOTAL, 3,5 MM, AÇO INOXIDÁVEL, P/ FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA, PEQUENO FRAGMENTOS, ENGLOBA TODAS AS MEDIDAS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	2.870	R$14,2836	R$40.993,9320
	6	EBS11738	SEM CÓDIGO AGHU	436639	PARAFUSO CIRÚRGICO, TIPO ESPONJOSO, TAMANHO 4,0 MM, ROSCA TOTAL, ROSCA PARCIAL (16 MM E 32MM), MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, PARA FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA EM PEQUENOS FRAGMENTOS. ENGLOBAR AS MEDIDAS DE 10 A 50 MM.	UNIDADE	TRAUMEDICA	631	R$25,7475	R$16.246,6725
	7	EBS09957	403404	439228	ARRUELA ORTOPÉDICA, LISA, AÇO INOXIDÁVEL, P/ PARAFUSOS DE PEQUENOS FRAGMENTOS (3,5MM).	UNIDADE	TRAUMEDICA	90	R$7,9516	R$715,6440
	8	EBS09958	SEM CÓDIGO AGHU	439228	ARRUELA ORTOPÉDICA, AÇO INOXIDÁVEL, P/ PARAFUSO DE 3,5MM, REBAIXAMENTO PARA CABEÇA.	UNIDADE	TRAUMEDICA	30	R$7,9516	R$238,5480
	9	EBS09959	SEM CÓDIGO AGHU	439230	ARRUELA ORTOPÉDICA, AÇO INOXIDÁVEL, DENTEADA COM 8 DENTES, BAIXO PERFIL, COMPATÍVEL C/PARAF ESPONJOSO 5X18MM.	UNIDADE	TRAUMEDICA	30	R$30,4135	R$912,4050
	13	EBS11734	403160	440305	PLACAS ORTOPÉDICAS - FIXAÇÃO DINÂMICA: CALCÂNEO PARA PARAFUSO 3,5 MM, AÇO INOXIDÁVEL, P/ PEQUENOS FRAGMENTOS, ENGLOBA OS DOIS	UNIDADE	TRAUMEDICA	13	R$302,4863	R$3.932,3219

					LADOS.					
	14	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	435748	PLACA ORTOPÉDICA – FIXAÇÃO DINAMICA: EM "TREVO", 4 A 8 FUROS, P/ PARAFUSO DE 3,5 MM, AÇO INOXIDÁVEL, P/ PEQUENOS FRAGMENTOS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	44	R$270,6117	R$11.906,9148
GRUPO 2	10	EBS09948	403307	435705	PLACAS ORTOPÉDICAS - FIXAÇÃO BLOQUEADA: LCP, RÁDIO DISTAL, 2 A 8 FUROS, PARA PARAFUSO 3,5 MM, AÇO INOXIDÁVEL, P/ PEQUENOS FRAGMENTOS. OBS: USO VOLAR (LADO ESQUERDO E DIREITO)	UNIDADE	TRAUMEDICA	191	R$455,7100	R$87.040,61
	11	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	403316	436627	PARAFUSO DE BLOQUEIO 2,5 MM, ROSCA TOTAL, ROSCA PARCIAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, P/ PEQUENOS FRAGMENTOS. ENGLOBAR AS MEDIDAS DE 12 A 30 MM.	UNIDADE	TRAUMEDICA	235	R$27,1100	R$6.370,85
	12	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	403393	436627	PARAFUSO DE BLOQUEIO 3,5 MM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, P/ PEQUENOS FRAGMENTOS. ENGLOBAR AS MEDIDAS DE 12 A 20 MM.	UNIDADE	TRAUMEDICA	283	R$36,2073	R$10.246,6659
GRUPO 3	15	EBS11741	402780	436634	PARAFUSO CIRÚRGICO CORTICAL, ROSCA TOTAL, 4,5 MM, P/ FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA, AÇO INOXIDÁVEL, GRANDES FRAGMENTOS, ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	1.748	R$14,7041	R$25.702,7668
	16	EBS11742	402783	436627	PARAFUSO CIRÚRGICO CORTICAL, AUTOROSQUEANTE, ROSCA TOTAL, 4,5 MM, P/ FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA, AÇO INOXIDÁVEL, GRANDES FRAGMENTOS, ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	200	R$14,8021	R$2.960,42
	17	EBS11745	402832	436637	PARAFUSO CIRÚRGICO ESPONJOSO, ROSCA TOTAL, ROSCA PARCIAL, 6,5MM, COM CABEÇA, P/ FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA, AÇO INOXIDÁVEL, GRANDES FRAGMENTOS, ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	416	R$21,5805	R$8.977,4880
	18	EBS09966	402911	439228	ARRUELA ORTOPÉDICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO LISA, DIÂMETRO 4,5 MM.	UNIDADE	TRAUMEDICA	51	R$7,1095	R$362,5845
	19	EBS09967	403137	439228	ARRUELA ORTOPÉDICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO LISA, DIÂMETRO 6,5 MM.	UNIDADE	TRAUMEDICA	43	R$7,1095	R$305,7085
	20	EBS11759	402860	441439	PLACA ORTOPÉDICA - FIXAÇÃO DINÂMICA: DCP ESTREITA, 04 A 12 FUROS, PARA PARAFUSO 4,5 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL PARA APLICAÇÃO EM GRANDES FRAGMENTOS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	102	R$175,00	R$17.850,00
	21	EBS11722	SEM CÓDIGO AGHU	435347	PLACAS ORTOPÉDICAS - FIXAÇÃO DINÂMICA: DCP LARGA, 4 A 16 FUROS, PARA PARAFUSO 4,5M, AÇO INOXIDÁVEL P/ GRANDES FRAGMENTOS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	43	R$207,92	R$8.940,56
	22	EBS10006	403141	435346	PLACAS ORTOPÉDICAS - FIXAÇÃO DINÂMICA: RECONSTRUÇÃO, 4 A 12 FUROS, PARA PARAFUSO 4,5M, AÇO INOXIDÁVEL P/ GRANDES FRAGMENTOS.	UNIDADE	IOL	15	R$220,76	R$3.311,40
	23	EBS09993	SEM CÓDIGO AGHU	441150	PLACAS ORTOPÉDICAS - FIXAÇÃO DINÂMICA: 1/3 TUBULAR (CANA), 4 A 10 FUROS, PARA PARAFUSO 4,5M, AÇO INOXIDÁVEL P/ GRANDES FRAGMENTOS.	UNIDADE	IOL	15	R$138,0616	R$2.070,9240
	24	EBS10009	402911	439228	ARRUELA ORTOPÉDICA, AÇO INOXIDÁVEL, PARA APLICAÇÃO EM PARAFUSOS DE 4,5 MM, REBAIXAMENTO PARA CABEÇA.	UNIDADE	TRAUMEDICA	10	R$7,1095	R$71,0950
	25	EBS10011	SEM CÓDIGO AGHU	439230	ARRUELA ORTOPÉDICA, TIPO DENTADA COM 8 DENTES, BAIXO PERFIL, AÇO INOXIDÁVEL, COMPATÍVEL COM PARAFUSO ESPONJOSO 5 X 14 E 5 X 18 MM.	UNIDADE	TRAUMEDICA	10	R$7,1095	R$71,0950
	26	EBS09975	SEM CÓDIGO AGHU	441440	PLACA ORTOPÉDICA - FIXAÇÃO DINÂMICA: DCP ESTREITA, 04 a 18 FUROS, PARA PARAFUSO 4,5 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL PARA APLICAÇÃO EM GRANDES FRAGMENTOS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	80	R$181,1492	R$14.491,9360
	27	EBS09976	SEM CÓDIGO AGHU	441560	PLACA ORTOPÉDICA - FIXAÇÃO DINÂMICA: DCP LARGA, 04 a 18 FUROS, PARA PARAFUSO 4,5 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL PARA APLICAÇÃO EM GRANDES FRAGMENTOS.	UNIDADE	TRAUMEDICA	40	R$210,93	R$8.437,20
	28	EBS10146	SEM CÓDIGO AGHU	435648	PLACA ORTOPÉDICA - FIXAÇÃO DINÂMICA EM T, ÂNGULO RETO, 03 A 18 FUROS, PARA PARAFUSO 4,5 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL PARA APLICAÇÃO EM GRANDES FRAGMENTOS.	UNIDADE	IOL	44	R$211,84	R$9.320,96
	29	EBS10147	SEM CÓDIGO AGHU	435541	PLACA ORTOPÉDICA - FIXAÇÃO DINÂMICA EM L, LADO ESQUERDO E DIREITO, 03 A 18 FUROS; TIPOS DE FUROS: (2 X 3 A 14 FUROS), PARA PARAFUSO 4,5 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL PARA APLICAÇÃO EM GRANDES FRAGMENTOS.	UNIDADE	IOL	109	R$213,4444	R$23.265,4396
	30	EBS11829	SEM CÓDIGO	460626	PLACA ORTOPÉDICA - EM TREVO, COM 3 A 8 FUROS, PARA PARAFUSO	UNIDADE	TRAUMEDICA	59	R$213,15	R$12.575,85

Contrato SEI dos Bens Adquiridos 3 (6657019) SEI 23546.019199/2026-83 / pg. 2

			AGHU		4,5 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL.					
GRUPO 4	31	EBS11775	402777	437611	PLACA ORTOPÉDICA - TIPO TUBO, COM 135° E/OU 150°, COM TAMBOR (CANO) CURTO E LONGO, PLACAS COM MEDIDAS DE 3 A 18 FUROS E PARAFUSO DESLIZANTE DE 50 A 105 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA SUPERIOR.	UNIDADE	TRAUMEDICA	121	R$510,94	R$61.823,74
	32	EBS11776	403019	459269	PLACA ORTOPÉDICA - TIPO TUBO, COM 95°, COM TAMBOR (CANO) CURTO E LONGO, PLACAS COM MEDIDAS DE 3 A 18 FUROS E PARAFUSO DESLIZANTE DE 50 A 105 MM, EM AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA SUPERIOR.	UNIDADE	TRAUMEDICA	43	R$479,91	R$20.636,13
	33	EBS11745	403531	436653	PARAFUSO ÓSSEO, TIPO ESPONJOSO, TAMANHO 6,5 MM, ROSCA PARCIAL, COM CABEÇA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, PARA FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA EM GRANDES FRAGMENTOS. ENGLOBAR AS MEDIDAS DE 30 A 120 MM.	UNIDADE	TRAUMEDICA	174	R$21,00	R$3.654,00
	34	EBS11746	403012	436647	PARAFUSO ÓSSEO, TIPO ESPONJOSO, TAMANHO 6,5 MM, ROSCA TOTAL, COM CABEÇA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, PARA FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA EM GRANDES FRAGMENTOS. ENGLOBAR AS MEDIDAS DE 20 A 120 MM.	UNIDADE	TRAUMEDICA	140	R$21,7473	R$3.044,6220
	35	EBS11741	402780	436634	PARAFUSO CIRÚRGICO CORTICAL, ROSACA TOTAL, 4,5 MM0 PARA FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA, AÇO INOXIDÁVEL, GRANDES FRAGMENTOS, ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS	UNIDADE	TRAUMEDICA	488	R$14,5862	R$7.118,0656
	36	EBS11742	402783	436627	PARAFUSO CIRÚRGICO CORTICAL, AUTOROSQUEANTE, ROSCA TOTAL, 4,5 MM, PARA FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA, AÇO INOXIDÁVEL, GRANDES FRAGMENTOS, ENGLOBA TODOS OS TAMANHOS	UNIDADE	TRAUMEDICA	488	R$14,6197	R$7.134,4136
GRUPO 5	37	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	420990	SISTEMA FIXAÇÃO EXTERNA PARA OSTEOSSÍNTESE, P/ PUNHO, CONJUNTO COMPLETO, LINEAR, AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA SUPERIOR, TRILHO, MONOPLANAR, MODULAR, PADRÃO.	UNIDADE	RUFINO	25	R$451,5954	R$11.289,8850
	38	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	420991	SISTEMA FIXAÇÃO EXTERNA PARA OSTEOSSÍNTESE, P/ ÚMERO, CONJUNTO COMPLETO, LINEAR, AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA SUPERIOR, TRILHO, MONOPLANAR, MODULAR, PADRÃO.	UNIDADE	RUFINO	22	R$436,90	R$9.611,80
	39	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	420992	SISTEMA FIXAÇÃO EXTERNA PARA OSTEOSSÍNTESE, P/ RÁDIO E ULNA, CONJUNTO COMPLETO, LINEAR, AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA SUPERIOR, TRILHO, MONOPLANAR, MODULAR, PADRÃO.	UNIDADE	RUFINO	22	R$400,2824	R$8.806,2138
	40	EBS10017	403395	424229	SISTEMA FIXAÇÃO EXTERNA PARA OSTEOSSÍNTESE DE PUNHO, DE COLLES, ARTICULADO, CONJUNTO COMPLETO, LINEAR, AÇO INOXIDÁVEL E ALUMÍNIO, MULTIPLANAR, ROTACIONAL.	UNIDADE	RUFINO	22	R$390,8182	R$8.859,0004
	41	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	420993	SISTEMA FIXAÇÃO EXTERNA PARA OSTEOSSÍNTESE DE OSSOS CURTOS E PEQUENOS, CONJUNTO COMPLETO, LINEAR, AÇO INOXIDÁVEL E ALUMÍNIO, TRILHO, MONOPLANAR, MODULAR.	UNIDADE	RUFINO	22	R$402,2834	R$8.850,2348
	42	EBS10019	SEM CÓDIGO AGHU	422025	SISTEMA FIXAÇÃO EXTERNA PARA OSTEOSSÍNTESE DE OSSOS CURTOS, ROTACIONAL, CONJUNTO COMPLETO, LINEAR, AÇO INOXIDÁVEL E ALUMÍNIO, DINÂMICO, MULTIAXIAL.	UNIDADE	RUFINO	11	R$837,8744	R$9.216,6184
	43	EBS11789	SEM CÓDIGO AGHU	420901	SISTEMA DE FIXAÇÃO ORTOPÉDICO EXTERNO, TIPO MODULARCIRCULAR/SEMICIRCULAR E AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA SUPERIOR, CONJUNTO COMPLETO, COM CONECTORES BARRA A BARRA E BARRA A PINO.	UNIDADE	RUFINO	22	R$679,7953	R$14.955,4966
	44	EBS11790	SEM CÓDIGO AGHU	443610	SISTEMA DE FIXAÇÃO ORTOPÉDICO EXTERNO HÍBRIDO, EM AÇO INOXIDÁVEL, CONJUNTO COMPLETO, COM CONECTORES BARRA A BARRA E BARRA A PINO.	UNIDADE	RUFINO	88	R$337,4265	R$29.693,5320
	45	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	420898	FIXADOR EXTERNO TIPO PLATAFORMA - SISTEMA DE ALONGAMENTO / TRANSPLANTE ÓSSEO, AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA SUPERIOR, ENGLOBA TODOS AS MEDIDAS.	UNIDADE	RUFINO	22	R$383,8563	R$8.444,8386
	46	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	420994	FIXADOR EXTERNO C/ SISTEMA DE CORREÇÃO ANGULAR E/OU ROTACIONAL, AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA SUPERIOR, ENGLOBA TODAS AS MEDIDAS.	UNIDADE	RUFINO	22	R$523,6227	R$11.519,6994
					SISTEMA DE FIXAÇÃO ORTOPÉDICO					

	47	EBS10155	403261	420981	EXTERNO PARA OSTEOSSÍNTESE, EM AÇO INOXIDÁVEL, PARA FÊMUR, CONJUNTO COMPLETO, TIPO LINEAR, TAMANHO PADRÃO (200 A 400 MM), CORPO TRILHO.	UNIDADE	RUFINO	66	R$486,7162	R$32.123,2692
	48	EBS10156	403261	420981	SISTEMA DE FIXAÇÃO ORTOPÉDICO EXTERNO PARA OSTEOSSÍNTESE, EM AÇO INOXIDÁVEL, PARA TÍBIA, CONJUNTO COMPLETO, TIPO LINEAR, TAMANHO PADRÃO (200 A 400 MM), CORPO TRILHO.	UNIDADE	RUFINO	153	R$488,9314	R$74.806,5042
	49	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	300493	FIXADOR PÉLVICO EM AÇO INOXIDÁVEL OU LIGA METÁLICA SUPERIOR.	UNIDADE	RUFINO	9	R$569,0259	R$5.121,2331
	50	EBS10024	SEM CÓDIGO AGHU	420895	SISTEMA DE FIXAÇÃO ORTOPÉDICO EXTERNO PARA OSTEOSSÍNTESE, EM AÇO INOXIDÁVEL, MODELO ILIZAROV, CONJUNTO COMPLETO, TIPO CIRCUNFERENCIAL. OBS: MULTIPLANAR E MULTIAXIAL, DINÂMICO.	UNIDADE	RUFINO	35	R$836,9177	R$29.292,1195
	51	EBS11791	SEM CÓDIGO AGHU	437346	PINO IMPLANTÁVEL ORTOPÉDICO, MODELO SCHANZ, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COM ROSCA CÔNICA E ROSCA PARALELA, DIÂMETROS DE 2 A 6 MM, COMPRIMENTO 100 A 300 MM.	UNIDADE	RUFINO	263	R$15,5608	R$4.092,4904
	52	EBS11792	SEM CÓDIGO AGHU	442745	FIO ORTOPÉDICO IMPLANTÁVEL OLIVADO, PARA FIXADOR EXTERNO, DIÂMETRO 1,5 MM E 1,8 MM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	RUFINO	263	R$11,8511	R$3.116,8393
GRUPO 6	53	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	437346	IMPLANTES - FIXADOR EXTERNO TUBO A TUBO	UNIDADE	WORLDFIX	77	R$70,00	R$5.390,00
	54	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	443508	BARRA DE ALUMÍNIO, ANTIMAGNÉTICO, DIÂMETRO DE 11 A 13 MM, COMPRIMENTO DE 100MM A 400MM.	UNIDADE	WORLDFIX	105	R$70,00	R$7.350,00
	55	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	437346	PARAFUSOS DE SCHANZ EM AÇO INOXIDÁVEL ANTIMAGNÉTICO, AUTOPERFURANTE, DIÂMETRO DE 4.0MM A 6.0MM, COM AO MENOS 3 TAMANHOS DIFERENTES, COM COMPRIMENTO DE 150MM, 200MM E 250MM TAMBÉM COM PONTA CÔNICA.	UNIDADE	WORLDFIX	109	R$28,00	R$3.052,00
	56	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	443477	RÓTULA DE CONEXÃO ABERTA, GRANDE, ANTIMAGNÉTICA, AJUSTÁVEL, PARA CONECTAR BARRAS A PINOS DE SCHANZ, DIÂMETRO DE 4,0MM E 6,0MM.	UNIDADE	WORLDFIX	243	R$80,00	R$19.440,00
	57	FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DO CATPPS CPPS/GAS/HUL-UFS (28000085)	SEM CÓDIGO AGHU	437347	RÓTULA DE CONEXÃO ANTIMAGNÉTICA, GRANDE, PARA FIXADOR EXTERNO GRANDE, PARA CONECTAR BARRA-BARRA.	UNIDADE	WORLDFIX	243	R$80,00	R$19.440,00
VALOR TOTAL: R$906.679,13										

1.3. Vinculam a este contrato, independentemente de transcrição:

1.3.1. o Termo de Referência;

1.3.2. o instrumento convocatório;

1.3.3. a Ata de Registro de Preços;

1.3.4. a proposta da CONTRATADA;

1.3.5. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei n.º 13.303/2016 e do RCC 3.0, os critérios previstos no Termo de Referência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2.2. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

2.2.1. A EFC e a CONTRATADA utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a devida formalização.

2.3. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

2.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por uma Equipe de Fiscalização de Contrato - EFC, especialmente designadas para tal, na forma do RCC 3.0.

2.4.1. A CONTRATANTE designará formalmente um conjunto de profissionais com vínculo direto com a Administração Pública, seja celetista, comissionado ou estatutário, para compor a Equipe de Fiscalização de Contrato (EFC), nos termos do art. 210 do RCC 3.0.

2.5. A EFC deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, utilizando-se, para isso, a abertura de processo administrativo específico, relacionado ao principal, para consolidar a documentação referente à fiscalização contratual, viabilizando a juntada de documentos referentes à execução do contrato.

2.5.1. O processo administrativo específico para gestão e fiscalização do Contrato servirá para registrar a designação e organização da EFC, consolidar demais documentos relacionados a essa gestão, o controle de saldos, emissão de notas de empenho, registros de intercorrências na execução o objeto, bem como demais manifestações pertinentes.

2.6. Cabe ao gestor do contrato:

2.6.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de entrega, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

2.6.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

2.6.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

2.6.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

2.6.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, conforme o caso.

2.6.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da CONTRATANTE.

2.6.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

2.7. Compete ao fiscal técnico:

2.7.1. acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE.

2.7.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

2.7.3. emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade.

2.7.4. informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

2.7.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

2.7.6. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

2.8. A EFC contará com o suporte das áreas de acompanhamento e de fiscalização administrativa, que atuarão para disseminar boas práticas e para apoiar a instituição de controles internos administrativos sobre gestão e fiscalização, nos termos do art. 213 do RCC 3.0.

2.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

2.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

2.9. Para as aquisições de materiais de consumo, conforme o objeto da contratação, a EFC irá ainda conduzir os processos referentes a gestão e fiscalização, de forma a contemplar minimamente os seguintes pontos destacados:

2.9.1. solicitação de alocação orçamentária e emissão de notas de empenho;

2.9.2. envio das ordens de fornecimento;

2.9.3. controle de saldos;

2.9.4. manifestação preliminar sobre a solicitação de troca ou substituição de marcas e produtos;

2.9.5. manifestação preliminar sobre a avaliação dos impactos sobre eventuais alterações de preços ou cancelamento do contrato;

2.9.6. realização e/ou apoio quanto ao armazenamento, movimentação interna, distribuição e dispensação dos materiais;

2.9.7. abertura de processos de pagamentos;

2.9.8. notificação preliminar dos fornecedores acerca de possíveis irregularidades no cumprimento de obrigações;

2.9.9. encaminhamento para abertura de processo sancionador;

2.9.10. realização do recebimento;

2.9.11. gestão de riscos na execução contratual.

2.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.11. Os critérios referentes ao modelo de execução do objeto estão definidos no Termo de Referência.

4. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor mensal da contratação é de **R$ 75.556,59** (setenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) , perfazendo o valor total de **R$906.679,13** (novecentos e seis mil seiscentos e setenta e nove reais e treze centavos).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de bens efetivamente fornecidos.

4.4. A forma, prazo e demais condições para o pagamento à CONTRATADA estão definidos no Termo de Referência.

5. VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início em 03/11/2026 e encerramento em 02/11/2027, prorrogável por até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 188 do RCC 3.0.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Hospital Universitário De Lagarto-HUL, vinculado à Universidade Federal de Sergipe, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Hu Brasil, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA	NÚMERO DE EMPENHO
234196	1001A004QX	339030	2026NE001005

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante registro por simples apostila.

7. GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução na presente contratação.

8. GARANTIA DO PRODUTO

8.1. Não haverá previsão de garantia do produto na presente contratação de forma complementar à garantia legal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Termo de Contrato e seus anexos;

9.1.2. prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao cumprimento do objeto;

9.1.3. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do presente Termo de Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

9.1.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no presente Termo de Contrato;

9.1.7. cientificar a Consultoria Jurídica da Hu Brasil para adoção das medidas cabíveis quando o assunto exceder as competências próprias da Equipe de Fiscalização de Contrato;

9.1.8. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.9. notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.1.10. responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA.

9.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do presente Termo de Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. atender às determinações regulares emitidas pela Equipe de Fiscalização do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Equipe de Fiscalização do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.4. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – Sicaf, a CONTRATADA deverá entregar à Equipe de Fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

10.1.4.1. prova de regularidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.1.4.2. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.1.4.3. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.1.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.1.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.1.5. responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.6. comunicar à Equipe de Fiscalização do Contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.7. paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.8. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.9. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.10. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;

10.1.11. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

10.1.12. alocar, quando for o caso, os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.1.13. fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.1.14. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.1.15. submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.1.16. cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.1.17. não submeter, quando for o caso, os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.1.18. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.1.19. não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.1.20. receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.1.21. entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.22. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), bem como por danos causados diretamente a terceiros ou à Hu Brasil independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.1.23. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11. OBRIGAÇÕES RELATIVAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

11.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

11.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade

Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

11.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

11.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

11.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

11.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

11.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

11.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

11.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

11.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

11.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

11.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

11.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

12.1.2. Multa:

12.1.2.1. Moratória de *0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento)* por dia de atraso injustificado sobre o *valor da parcela inadimplida*, até o limite de *15 (quinze)* dias. Após o *15º* dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.1.2.2. Moratória de *0,2% (dois décimos por cento) até 1% (um por cento)* por dia de atraso injustificado sobre o *valor da parcela inadimplida*, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

12.1.2.3. Compensatória, para a inexecução parcial do contrato, de *0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento)* do *valor total da contratação;*

12.1.2.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do *valor total da contratação;*

12.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Hu Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.1.3.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:

12.1.3.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.1.3.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Hu Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;

12.1.3.1.3. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.3.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.3.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.3.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.3.1.7. após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato, não celebrar o aditivo de prorrogação.

12.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Hu Brasil poderão ser aplicadas juntamente com multa.

12.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Hu Brasil.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

12.5.1. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.

12.6. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

12.6.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

12.6.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a Hu Brasil, ainda que decorrentes de outros ajustes;

12.6.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

12.6.4. não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Hu Brasil e o fornecedor sancionado.

12.6.4.1. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.

12.7. A CONTRATANTE deverá consultar, antes de cada pagamento, o cadastro único de multas de que trata o art. 225, § 2º, do RCC 3.0, devendo-se proceder à compensação total ou parcial caso seja identificada a existência de débito não quitado pelo credor do pagamento, com a respectiva atualização ou baixa no cadastro.

12.8. Poderá ser suspensa a cobrança de multas, em caráter excepcional, pelo período de até noventa dias, nas situações que envolvem o enfrentamento de impactos decorrentes de calamidade pública ou de emergência de saúde pública.

12.9. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Hu Brasil, para análise da viabilidade de cobrança judicial.

12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Hu Brasil, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

12.11. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, pode ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do art. 221 do RCC 3.0.

12.12. É admitida a reabilitação do fornecedor sancionado, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos do art. 226 do RCC 3.0.

12.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.16. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Hu Brasil deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

12.16.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Hu Brasil.

12.17. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede Hu Brasil.

13. EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O Termo de Contrato se extingue quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. A rescisão do Termo de Contrato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

13.2.1. por ato unilateral formalizado pela CONTRATANTE, por algum dos motivos do art. 227 do RCC 3.0, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.2.1.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à CONTRATADA com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis.

13.2.2. de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

13.2.2.1. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

13.2.2.2. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.

13.2.3. de forma judicial, por determinação judicial.

13.3. O Termo de Contrato pode ser extinto no caso de se constatar a ocorrência de impedimento previsto no art. 70 do RCC 3.0.

13.4. A CONTRATANTE poderá ainda:

13.4.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, executar a garantia de execução contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos; e

13.4.2. reter, na hipótese de insuficiência da garantia de execução contratual, os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.5.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, e antes de eventual prorrogação.

13.6. A extinção do Termo de Contrato, formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato, será precedida, sempre que possível, de:

13.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. indenizações e multas.

13.7. Formalizada a extinção, o extrato do Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no Portal da Hu Brasil e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 230 do RCC 3.0.

14. REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

14.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. As regras a respeito da subcontratação do objeto são aquelas definidas no Termo de Referência.

16. ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pelo art. 196 e seguintes do RCC 3.0.

16.2. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Hu Brasil no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.

16.3. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados mediante registro por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 206 do RCC 3.0.

17. ANTICORRUPÇÃO

17.1. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

18. CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016, no Decreto n.º 8.945/2016, no RCC 3.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

19. PUBLICAÇÃO

19.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no Portal da Hu Brasil e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme o art. 278 do RCC 3.0.

20. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

20.1.1. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

20.1.2. poderá ser admitida a adoção de mecanismos de solução pacífica de conflito relativos a direitos patrimoniais disponíveis, observando-se as disposições da Lei n.º 9.307/1996.

20.1.3. o procedimento para parcelamento e compensação de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações seguirá, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

20.1.4. o procedimento para cessão de crédito observará as seguintes regras:

20.1.4.1. as cessões de crédito, de qualquer natureza, dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

20.1.4.2. a eficácia da cessão de crédito em relação à CONTRATANTE está condicionada à celebração de termo aditivo ao presente Termo de Contrato.

20.1.4.3. sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à comprovação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar, nos termos do art. 70 do RCC 3.0, que não está proibido de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429/1992, e que foi observada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Hu Brasil.

20.1.4.4. o crédito a ser pago ao cessionário é exatamente aquele que seria destinado à CONTRATADA (cedente) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas aplicáveis no regime jurídico incidente sobre o contrato, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à CONTRATANTE.

20.1.4.5. a cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

21. **FORO**

21.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Sergipe, *Subseção* Judiciária de Lagarto para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

CLEVERSON LUCIANO TRENTO Superintendente do Hospital Universitário de Lagarto **CASSIANO MORAES FALLEIROS** Gerente Administrativo do Hospital Universitário de Lagarto	**NEY ALEXANDRE ALAITE** Representante da Empresa

Documento assinado eletronicamente por **NEY ALEXANDRE ALAITE**, **Usuário Externo**, em 28/10/2026, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Cassiano Moraes Falleiros**, **Gerente**, em 29/10/2026, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Cleverson Luciano Trento**, **Superintendente**, em 29/10/2026, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **66577047** e o código CRC **8509C565**.

Referência: Processo nº 23817.019199/2026-98 SEI nº 66577047